

Coleção de Histórias

Regina Horta Duarte*

CHALHOUB, Sidney (coordenação), *Coleção Várias Histórias*, 8 volumes, Campinas, Editora da UNICAMP, 1999-2001.

Inúmeros pesadelos rondam nossa sociedade contemporânea: o acirramento do efeito estufa; a escassez da água e de outros inúmeros recursos naturais, que se esvaem em desperdícios; as conseqüências ainda imprevisíveis do consumo de alimentos geneticamente modificados; a utilização de armas químicas; a transformação da Amazônia em um deserto. Além destas ameaças à continuidade biológica da espécie humana, há uma outra não menos terrível, a saber, a possibilidade de uma total homogeneização das sociedades em um mundo neoliberal e globalizado. Tal tendência – certamente já delineada desde fins dos anos 1940, quando o modelo desenvolvimentista passou a sistematizar um padrão a ser alcançado pelos países “subdesenvolvidos” – implicaria no gradual e inexorável desaparecimento da diversidade das culturas humanas. É desta ameaça, sem dúvida, que Lévi-Strauss falava, em 1950, quando criticava a noção evolutiva de um processo histórico cumulativo, resultando na ocidentalização mundial, afirmando que “a civilização implica a coexistência de culturas que oferecem entre si a máxima diversidade e consiste mesmo nessa coexistência”¹. Neste início de milênio, poderíamos estender esta assertiva para pensarmos num mundo futuro monótono e uniforme como o fim da civilização?

Num contexto no qual a previsão de uma cultura mundialmente indistinta adquire plausibilidade à luz de inúmeras práticas contemporâneas, torna-se preciosa uma coleção de livros, cuja proposta primordial é divulgar pesquisas históricas sobre “a diversidade da formação cultural da sociedade brasileira”. Somando-se a este, outro objetivo é o de privilegiar a reflexão sobre as “tensões e os embates entre os valores e interesses que se expressam no campo da cultura”, a partir do delineamento das diferenças entre os diversos grupos sociais no que diz respeito às suas “práticas, tradições e identidades”. A valorização positiva das lutas sociais em

* Professora do Departamento de História/FAFICH/UFMG.

¹ Claude Lévi-Strauss, “Raça e História” (UNESCO, 1950), *Os Pensadores*, 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 84.

um empreendimento de escrita da história articula-se na contramão da aposta neoliberal da abertura de mercados e do acesso gradativo das populações ao consumo, como garantia da existência de uma sociedade bem sucedida e sem maiores conflitos². A Coleção *Várias Histórias* – que, sob a direção do historiador Sidney Chalhoub, integra as iniciativas do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (IFCH/UNICAMP) – tem como norte estes valiosos intentos. Contrapondo-se a discursos que tantas vezes apontam o “fim da história”, um grupo de pesquisadores, dispostos a tomar as diferenças, as tradições e os conflitos sociais como fundamentos de seus trabalhos, explicita a afirmação de que “a história continua”.

Os oito volumes publicados entre 1999 e 2001 atendem rigorosamente, sem exceção, à proposta editorial de oferecer aos leitores somente trabalhos “ancorados em sólidas pesquisas empíricas”. Todas as obras apresentam um levantamento documental, realizado com minúcia e critério, em diálogos profícuos e motivados por problemáticas historicamente relevantes e originais. Neste aspecto, destaca-se o excepcional esforço realizado por Carlos Eugênio Líbano Soares em *A Capoeira Escrava*³. As maltas de capoeira da primeira metade do XIX são estudadas a partir da literatura, de relatos de escravos, de documentos relativos ao tráfico, às irmandades e às igrejas de pretos, de dados sobre a ocupação dos capoeiras de locais como ruas de quitandas, casas de angu, fontes de água, praças, zonas portuárias, zungus (residências periódicas de cativos e negros libertos), tabernas, assim como de fontes sobre as experiências vividas pelos capoeiras no Arsenal da Marinha, para onde eram levados em regime de trabalho forçado. No Arsenal, o contato com outros homens – trabalhadores, remadores, soldados, marujos ingleses, marinheiros negros norte-americanos, além de outros detentos, como libertos ou presos políticos – criava um ambiente cosmopolita, no qual circulavam valores e significados diversos. Todos estes locais de sociabilidade aparecem como um verdadeiro foco, onde se constituía uma cultura política, analisada em suas especificidades, através da participação dos capoeiras em motins e movimentos urbanos. A obra apresenta, ainda, uma alentada pesquisa historiográfica, na qual percorre estudos sobre o período imperial, a cidade e a sociedade do Rio de Janeiro oitocentista, o tráfico de escravos e, especialmente, as raízes étnicas das danças e das artes marciais africanas, os estudos sobre a capoeira no Brasil e as artes marciais urbanas no Caribe. O autor circula, assim, por uma bibliografia nacional e estrangeira, abrindo horizontes para o conhecimento do tema proposto. Um ponto polêmico poderia ser apontado na apresentação – paralela à afirmação sempre positiva da capoeira como prática de rebeldia e solidariedade escrava – da inimizade, dos conflitos e dos assassinatos

² Como podemos perceber na afirmação do presidente George Bush, que, ao criticar as manifestações no encontro do G8, em Gênova, afirmou que os pró-antiglobalização “em vez de sustentar as políticas que ajudam os pobres, sustentam políticas que os condenam à pobreza”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano CXI, nº 103, 21/07/2001, p. 10.

³ Carlos E. L. Soares, *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes (1808-1850)*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, 606 pp.

entre os seus praticantes. Na verdade, ao leitor pode restar a impressão, como no meu caso, de que a capoeira abrangia elementos de violência tão absurdos e indefensáveis como a própria sociedade imperial escravista. Somando-se a este aspecto, a incursão pela literatura oitocentista, prometida no primeiro capítulo, mereceria um cuidado maior.

No que se refere à capacidade de diálogo com as fontes e a bibliografia existentes, *Pajens da Casa Imperial*⁴ apresenta-se como a obra de maior fôlego teórico da coleção, intelectualmente madura no trânsito entre textos jurídicos, políticos, dicionários, livros e artigos históricos. Através de um texto bem escrito, as polêmicas em torno da lei de 1871 são discutidas à luz de uma análise profunda do quadro jurídico imperial, no qual uma ampla e confusa convivência de leis civis, ordenações portuguesas, direito romano e direitos costumeiros, além do avanço de concepções jurídicas positivistas, geram uma verdadeira arena de conflitos, num embate tenso em torno da hermenêutica dos jurisconsultos e na configuração da interpretação e da aplicação das leis em locais e momentos privilegiados de luta social. Numa análise consistente, o autor percorre os debates, envolvendo Caetano Soares e Perdigão Malheiro, principais jurisconsultos atuantes no encaminhamento de políticas de emancipação para o país, cotejando as relações do Instituto de Advogados Brasileiros com o Estado Imperial e com as práticas dos advogados, aprofundando-se na questão do que significava “ser advogado no Império”.

Ainda em relação à pesquisa historiográfica, é preciso citar *Em defesa da honra*⁵, nem tanto pela demonstrada capacidade de diálogo com pesquisadores estrangeiros, já que a autora é uma norte-americana, mas pelo conhecimento amplo da historiografia brasileira referente ao tema e ao período enfocados, além da já referida qualidade documental, comum a todas as obras da coleção. A partir de textos jurídicos, jornalísticos e processos sobre crimes sexuais, principalmente defloramentos, palmilha-se um terreno instável de definição, pela sociedade carioca, nas primeiras décadas do século XX, do que seria a honra sexual na visão de juristas, advogados, juízes, namorados, parentes. Na divergência das definições, delineiam-se a apropriação e a transformação deste conceito para legitimar a autoridade do regime Vargas, no qual a família seria constituída em metáfora da honra. A obra traz, entretanto, uma tendência à polarização entre uma sociedade machista dos juízes, das autoridades, dos pais, dos namorados, dos irmãos e dos amantes e entre mulheres, sempre no lugar de vítimas dos preconceitos, numa visão do exercício do poder como via de mão única. Um feminismo excessivo pode chegar a incomodar o leitor. Afinal, sabemos que lógicas dicotômicas compartilham muito mais do que se imagina a princípio.

Outro aspecto fundamental reside na qualidade da escrita. Como já se disse, *Pajens da Casa Imperial* apresenta uma argumentação elegante e envolvente, mas

⁴ Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial – jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, 393 pp.

⁵ Sueann Caulfield, *Em defesa da honra – moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, Campinas, Editora da Unicamp, 2000, 393 pp.

principalmente *Cena aberta* traz o enorme prazer da leitura, pela inteligência do estilo, pela narrativa conduzida por fino senso de humor e aguda capacidade de análise. Distanciando-se das tradicionais análises sobre o teatro, limitadas apenas ao texto escrito, o autor critica as visões nas quais as artes cênicas refletiriam a sociedade ou seriam por ela determinadas. A partir da polêmica em torno da revista *O Bilontra*, de Artur Azevedo, de 1886, o teatro é discutido como um espaço de práticas sociais transformadoras, com ênfase no grande potencial polissêmico abrigado pelo gênero de revista, constituído como um caleidoscópio de fragmentadas e distintas leituras, feita por muitos – músicos, cenógrafos, atores, platéias – em espirais de interpretações. Contrariando a visão do fim do XIX como o de um “vazio cultural” nas artes cênicas no Brasil, emerge aqui a percepção de um momento vigoroso, em que se destacam “a permanência e o desenvolvimento de uma tradição cômica, o envolvimento com a produção musical popular e a constituição de um incipiente mercado cultural de massas”⁶.

*Algazarra nas ruas e Orfeu de carapinha*⁷ também merecem atenção, pelo estilo da escrita. O primeiro constrói uma análise que alia simplicidade e bom humor com um encaminhamento das questões tratadas, caracterizado por uma aguda sensibilidade histórica. Apesar de, por vezes, avisar excessivamente ao leitor o que será discutido a seguir – o que quebra a fluidez da narrativa – a análise das comemorações da Independência na Bahia é urdida com grande inteligência. Sobre o segundo texto, a jovem autora apresenta-nos Luiz Gama, garantindo-nos a experiência de travar conhecimento com um homem, cujo carisma e cuja ousadia conquistaram seus contemporâneos. Elciene Azevedo assegura que ele nos cativa também.

A habilidade de condução de uma reflexão sobre o tempo, debate primordial para o pensar histórico, aparece em *Cena Aberta* e *Algazarra nas ruas*. Ao contar-nos a polêmica em torno das apresentações de *O bilontra*, o autor instaura uma abordagem arguta, na qual o teatro, muito mais que texto, é um acontecimento cultural, no qual a criação não pode ser subestimada. Ao guiar-se por este pressuposto, o historiador tem diante de si uma série de caminhos, abertos pela consideração das leituras possíveis de um mesmo espetáculo. Paradoxalmente, tal descoberta o afasta da pretensão de uma visão mais completa, pois percebe a inacessibilidade do que constitui o essencial do teatro, a saber, o momento da apresentação, a emoção vivida, os sons, os gestos, o tempo único de cada espetáculo, que só a platéia presenciou. Explicita-se aqui o teatro como acontecimento, emergência, vir-a-ser, em uma performance irrepetível, instante intensamente vivido. Mais que ocorrer em um tempo dado, o teatro se faz amalgamado ao tempo, à medida que é criação absoluta, repetição que se instaura na diferença.

⁶ Fernando Antônio Mencarelli, *Cena aberta – a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, 323 pp.

⁷ Vlamyra R. de Albuquerque, *Algazarra nas ruas – comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, 144 pp.; Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha – a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas, 1999, 280 pp.

As comemorações do Dois de Julho na Bahia possuíam, como mostra Vlamyra de Albuquerque, um aspecto performático. Em torno desta data, múltiplos festejos ocupavam as ruas, instaurando pontos de tensão entre organizadores e participantes em torno das formas celebrativas, assim como da imagem do Caboclo como símbolo da Independência, dos motivos da comemoração e, mesmo, dos heróis a serem lembrados. Para além dos eventos cívicos e oficiais no centro de Salvador, muitas festas paralelas invadiam bairros periféricos, com jogos variados, argolinhas e cartas, mascaradas, sambas, barraquinhas e botequins, bebidas e quitutes. Nestas áreas, curiosamente, o Dois de Julho podia mesmo acontecer em qualquer época do ano! O que se torna claro é a disputa em torno do sentido da festa e a diversidade de significados, dilemas, conflitos e estratégias em jogo. Estes eventos são estudados pela autora em sua ocorrência no tempo, e é isto que explicita o seu fazer como momento de criação. Não é por acaso que há referências, no livro, a Marshall Sahlins, pois a sensibilidade antropológica de *Algazarra nas ruas* só poderia estabelecer diálogo com uma antropologia também afinada à história e ao tempo, como é o caso do autor de *Ilhas de história*.

A influência teórica mais marcante entre vários volumes da coleção é, inegavelmente, a valiosa obra do historiador inglês Edward Thompson. A idéia de experiência permeia as páginas de *Orfeu de carapinha*, na busca de reconstituição dos sentidos das lutas empreendidas por Luiz Gama e da constituição da identidade de um filho de uma escrava rebelde, poeta, jornalista, militante abolicionista, rábula, cuja atuação se regia por esta militância, maçom, republicano. Despojada de modelos pré-estabelecidos, a reflexão envereda pela capacidade de Luiz Gama em criar meandros para transitar em meios que o excluía, tornando-se o bardo de uma musa cor de azeviche, apropriando-se de elementos do mundo letrado da elite para estabelecer, em versos, uma visão positiva da África. Foi maçom em defesa de ideais de liberdade e solidariedade, adepto de uma República que privilegiasse a igualdade, rábula que, aproveitando-se das brechas da legislação, construía interpretações inusitadas, alargando os significados da lei, possibilitando revertê-las em prol da libertação de inúmeros escravos, despertando nos juristas uma grande desconfiança em relação aos seus procedimentos, temerosos do que poderia ser desencadeado pelos seus sucessos. Luiz Gama viveu entre a ambigüidade de suas estratégias e a combatividade de suas ações, "legalista em sua forma, mostrava-se cada vez mais radical em seu conteúdo"⁸. É claro que o leitor pode suspeitar, em certos momentos, de uma excessiva paixão pelo personagem. Será que a autora não acaba por apagar todas as suas ambigüidades, focalizando-as sempre à luz da justificativa de que eram estratégias de lutas mais ou menos conscientes? Muitas de suas atitudes não poderiam ser, simplesmente, contraditórias?

Duas outras obras são também construídas a partir de inspirações claramente thompsonianas. O detalhamento dos argumentos jurídicos e sua situação e um campo de lutas políticas são a base do excelente *Pajens da Casa Imperial*, mas

⁸ Elciene Azevedo, *op. cit.*, p. 264.

também do segundo volume da coleção, *Entre a mão e os anéis*⁹. Ao discutir a lei dos sexagenários (1885), a autora utiliza-se das formulações de Thompson sobre a Lei Negra, na Inglaterra do século XVIII, nas quais se abre um campo inédito de possibilidades para a análise histórica, em que o direito é – muito mais que a ação de uma elite em proveito próprio – um espaço de conflitos, delineado no calor das apropriações das leis pelos vários atores sociais, no enfrentamento em torno de seus interesses, na construção de sentidos inicialmente impensados e no redimensionamento contínuo das estratégias. O gradualismo presente no fim do tráfico, em 1850, e nas leis de 1871 e 1885, é analisado para além de uma perspectiva linear, na qual representariam o desenrolar histórico de uma tendência inexorável, num mero cumprir de etapas em direção a um fim previamente dado. Na segura análise de Joseli Mendonça, emerge a questão básica de uma estratégia – também não definida previamente, mas esboçada e continuamente refeita no acontecer das lutas sociais – na qual o ponto nodal é a disputa em torno de qual liberdade os escravos usufruíam. Entre as imagens do perigo representado pelos futuros libertos e a de uma massa de homens desprotegidos e subitamente desamparados, a elite imperial tentava definir meios de continuidade para os laços senhoriais de dependência e hierarquia. Porém, a lei abriria um leque de instrumentalizações possíveis, a partir da sua apropriação pelos escravos em luta por seus interesses, redefinindo o campo jurídico como espaço aberto para as transformações históricas. Numa sofisticada análise de história cultural, a autora demonstra como, numa mesma sociedade, indivíduos que partilham das mesmas práticas podem "atribuir significados muito diferentes para aquilo que estão fazendo", e como, para além das aparências de uniformidade, "podem provocar conseqüências absolutamente diversas"¹⁰. *Entre a mão e os anéis* afirma-se, na avaliação dos discursos parlamentares em torno da Lei dos Sexagenários, como um estudo original e de fina sensibilidade histórica, na qual o tempo é matéria principal.

Em torno de diálogos entre direito e história, falta destacar ainda *Em defesa da honra*, cujo primeiro capítulo traz uma importante sistematização de algumas tradições jurídicas brasileiras, com a discussão do Código Criminal do Império (1830) e do Código Penal de 1890, focalizando as diferentes concepções da escola clássica e da escola positiva do Direito.

Das oito obras publicadas, cinco se dedicam ao tema da escravidão no Brasil Imperial, o que afirma uma tendência predominante da Coleção: *Orfeu de carapinha*, *Entre a mão e os anéis*, *O infame comércio*, *Pajens Imperiais* e *A capoeira escrava*. De todos eles, o único ainda não mencionado nesta resenha é *O infame comércio*, no qual se discute o tráfico de escravos e o desenrolar das pressões externas e dos conflitos da sociedade brasileira em torno de sua proibição, entre o início do XIX e a lei definitiva de 1850. Apontando como a questão do fim da importação de africanos sempre é analisada pela historiografia, a partir da

⁹ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis – a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, 417 pp.

¹⁰ Joseli M. N. Mendonça, *op. cit.*, p. 363.

perspectiva da abolição em 1888 – como se dela fosse o primeiro passo, ou a etapa inicial de uma evolução linear e cumulativa – o autor busca quebrar tal vínculo, adotando o pressuposto da indefinição do jogo político acerca dos rumos da questão escravista, ao longo destes anos. A partir do levantamento dos debates sobre o controle social dos homens livres, sobre os projetos de civilização, nação e cidadania, torna-se perceptível uma unanimidade da identificação dos escravos como fonte dos males vividos. Entretanto, se a origem dos problemas era um ponto pacífico entre a elite, havia uma grande divergência no que diz respeito às soluções a serem tomadas. Se a lei de 1831 acabou como “letra morta” – dadas as previsões cataclísmicas de destruição da lavoura, caso faltassem os africanos, a influência dos traficantes e dos proprietários – o fim dos anos 1840 trouxe novos elementos à já frágil situação. A consciência crescente da possibilidade de ações escravas, o terror da haitinização, o avanço das idéias higienistas, que apontavam a presença escrava como um mal, contaminando todo o organismo social – além da pressão inglesa – funcionaram como um fator da aglutinação crescente das opiniões da elite na configuração do tráfico como atividade infame. Sem desconsiderar a importância da pressão inglesa, o autor abandona as explicações que a privilegiam, a ponto de desprezar os movimentos internos da política nacional, dedicando-se à análise minuciosa dos conflitos internos de diversos grupos sociais envolvidos. Contando com uma boa pesquisa, a análise resente-se, entretanto, do diálogo historiográfico com a obra já clássica de Ilmar Mattos, na qual há uma magistral e pioneira análise sobre o tráfico e a elite imperial¹¹.

Contar histórias pode-se constituir em uma atitude para transformar o mundo. Desta possibilidade bem sabia a bela e astuciosa Cheherazade, que deteve a ira assassina do sultão Chahriar através de sua perspicácia, inteligência e memória. O sultão jurara dormir uma só vez com a mesma mulher. Por isto, a cada noite casava-se com uma virgem e ordenava sua execução ao amanhecer. O terror invadiu todas as famílias, todos os lares. A condenação de tantas jovens resultaria, ao longo dos anos, na esterilidade de um mundo crescentemente masculino. Cheherazade, uma das duas filhas do grão-vizir, que, até então, as escondera, comunicou um dia a seu pai sua decisão de deter a barbaridade do sultão e eliminar a morte que cercava sua cidade, implorando casar-se com Chahriar. A partir de suas núpcias, a jovem seduziu seu algoz com histórias emocionantes e maravilhosamente diversas, mas nunca concluídas ao amanhecer, o que fez com que sua vida fosse poupada ao longo de mil e uma noites. Ao final, a mulher Cheherazade venceu a sua morte e a ameaça da destruição de sua própria sociedade, graças às suas narrativas.

No nosso mundo atual, abalado por tantas ameaças do fim das civilizações, a escrita da história pode adquirir, como nunca, o sentido de defesa da vida e da sociedade, na riqueza de suas diferenças e paradoxos. Daí a grande relevância, portanto, de uma coleção que se propõe a contar-nos *várias histórias*.

¹¹ Ilmar R. de Mattos, *O Tempo Saquarema*, 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1990, pp. 218-251.